

S.



R.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Carlos Brás'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2024

----- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e oito minutos, no Auditório Manuel Faria da Casa da Cultura de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do artº 16º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes, o Executivo Municipal, os funcionários de apoio da Câmara Municipal, os membros da Assembleia, bem como os presidentes de junta e união de freguesias e o público que acompanha esta sessão através da página do *Facebook* do Município. Antes de proceder à chamada, o Senhor Presidente da Assembleia quis dar algumas notas prévias. Em primeiro lugar, informou que no período da manhã deste dia, tinham feito a visita às obras da Barragem de Gebelim, conforme estava planeado e tinha sido acordado na última sessão da Assembleia Municipal. Disse que tinha sido uma visita muito interessante e que se tratava de uma obra importantíssima para o Concelho. Como Presidente da Assembleia, teve pena de não terem estado todos os senhores e senhoras deputados/as presentes, bem como os/as senhores/as presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias, no entanto, deixou o convite para fazerem esta visita logo que pudessem, pois é uma visita muito interessante. De seguida, informou que, no seguimento do pedido da bancada da coligação PPD/PSD-CDS/PP, já estava ali disponível um microfone portátil que poderá ser usado, querendo, a partir do lugar onde estão sentados, ficando apenas a gravação do áudio, pois a de vídeo, caso falem do lugar, não ficará. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à segunda secretária para proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. -----

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás; Orlando Alberto Morais Borges; Carla Maria Bravo Franco; Carlos Manuel Gomes Alendouro; Inês Alexandra Carvalho Herdeiro; Maria João Martins e Domitila de Fátima Morais Branco. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE AGROBOM, SALDONHA E VALPEREIRO, Eduardo Manuel Morais Almendra; da FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, pela sua Presidente, Maria do Céu Cordeiro Martins Lopes; da FREGUESIA DE CEREJAIS, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, Hélio José Madureira Aires; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES, pelo seu Presidente, Diamantino Mário Soeiro Lopes; da FREGUESIA DE VILARELHOS, pelo representante da sua Presidente, Hélder Francisco Pousada. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Bruno Henrique Simões Veríssimo, Daniel Guedes dos Santos Martins, Ivanete Solange Carona Escobar e Carlos Manuel Reboredo Almendra. -----

----- Verificaram-se as ausências, na **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da senhora Helena Azevedo e do senhor Diogo Bravo, que não justificaram a sua falta, convocados na sequência dos pedidos de substituição do Deputado Carlos Manuel Simões Martins e Bruno Miguel Rebouta Rachado, respetivamente. -----

----- Verificou-se também um pedido de substituição da Deputada Clara da Conceição Sousa Alves, tendo sido convocado o membro seguinte da lista, Celma Cristina da Silva Couraceiro, por se encontrar posicionada no lugar

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

imediatamente a seguir na ordem da lista da Coligação PPD/PSD-CDS/PP – Acreditar em Alfândega da Fé, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021, que, entretanto, justificou a impossibilidade de estar presente, tendo comparecido em sua substituição o membro, Mário Manuel Neves Bebiano. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, pelo seu Presidente, Pedro Miguel Carpinteiro Bravo e da FREGUESIA DE VILARES DA VILARIÇA, pelo seu Presidente, José Alberto Vilares Reis. -----

----- Esteve representada a JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE, pela Tesoureira, Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes. -----

----- A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO, foi representada pela sua presidente, Otelinda Sofia Pereira Jacinto. --

----- Por fim, verificou-se a ausência do membro António Manuel Aires Correia, que não justificou a sua falta. -----

----- Assim, verificaram-se vinte e quatro presenças e três ausências. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia, deu, de seguida, continuidade aos trabalhos, com a seguinte ordem do dia: -----

----- **1. Período Preliminar ao Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento):** -----

----- a) *Informações gerais e expediente;* -----

----- b) *Aprovação da ata da sessão anterior (Sessão ordinária do dia 29-06-2024);* -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento);** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento):** -----

----- a) *Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;* -----

----- b) *Dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro - para **APROVAÇÃO**;* -----

----- c) *Relatório de Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM e Adenda ao Contrato) - 2º Trimestre de 2024 – para **CONHECIMENTO**;* -----

----- d) *Parecer do Revisor Oficial de Contas, Relativo ao Plano de Ajustamento Municipal, Monitorização da execução a 30/6/2024- para **CONHECIMENTO**;* -----

----- e) *Relatório de acompanhamento a 30 de junho de 2024 – para **CONHECIMENTO**;* -----

----- f) *Proposta de Participação variável do IRS para 2025 e a cobrar em 2026 – para **APROVAÇÃO**;* -----

----- g) *Proposta de Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - ano 2025 - para **APROVAÇÃO**;* -----

----- h) *Proposta para Fixar taxa de Derrama a aplicar em 2025 - para **APROVAÇÃO**;* -----

----- i) *Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) — Proposta de percentual a aplicar em 2025, Aprovação pelo órgão executivo, e envio ao órgão deliberativo para se pronunciar nos termos da alínea ccc) do nº 1, do artigo 330, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 25.º, da lei 75/2013, de 12 de setembro - para **APROVAÇÃO**;* -----

----- j) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Assistente Operacional / Assistente Operacional, na área de Auxiliar de Serviços Gerais – para **APROVAÇÃO**;* -----

----- k) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Assistente Operacional / Assistente Operacional, na área de Pedreiro – para **APROVAÇÃO**;* -----

----- l) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 3 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Auxiliares de Ação Educativa – para **APROVAÇÃO**;* -----

----- m) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 2 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Jardineiros / Cantoneiros de Limpeza – para **APROVAÇÃO**;* -----

----- n) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 2 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Condutores de Máquinas e Veículos Especiais – para **APROVAÇÃO**;* -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- o) 15.ª Alteração – 2.ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2024 -2029 – para **APROVAÇÃO**;

----- p) Proposta de deliberação para aprovação e submissão à Assembleia Municipal de aprovação de minuta de acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelo Município, enquanto autoridade de transportes - para **APROVAÇÃO**;

----- q) Setor de Ordenamento do Território e Urbanismo - Delimitação de 30 Áreas de Reabilitação Urbana, abrangendo cada uma das 30 localidades do concelho: "Zona Histórica de Alfândega da Fé", "Agrobom", "Cabreira", "Castelo", "Cerejais", "Colmeias", "Covelas", "Eucísia", "Felgueiras", "Ferradosa", "Gebelim", "Gouveia", "Legoinha", "Parada", "Picões", "Pombal", "Saldonha", "Sambade", "Santa Justa", "Sardão", "Sendim da Ribeira", "Sendim da Serra", "Soeima", "Valpereiro", "Vales", "Valverde", "Vila Nova", "Vilarchão", "Vilares da Vilarça" e "Vilarelhos" - para **DELIBERAÇÃO** (competência própria da AM, prevista no n.º 1 do artigo 13.º do DL 307/2009);

----- 4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento) -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto:

----- 1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento) -----

----- a) Informações gerais e expediente: -----

----- Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, informou que não se verificou, durante este período da última sessão até à presente data, entrada de nenhuma expediente e também não havia informações gerais para comunicar.

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao sub-ponto:

----- b) Aprovação da ata da sessão anterior (Sessão ordinária do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e quatro). -----

----- Informou que estava presente a ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e quatro, que tinha sido antecipadamente enviada a todos os membros da Assembleia. Entretanto, lembrou que ainda estavam em falta as atas das sessões ordinária e extraordinária do dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e quatro, mas que oportunamente virão para serem aprovadas.

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia intervir ou pedir algum esclarecimento relativamente à ata da sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de junho do corrente ano. Não havendo inscrições para intervir, passaram à votação da mesma tendo sido, aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos membros presentes.

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

----- 2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, perguntou aos Senhores Deputados quem se pretendia inscrever neste ponto, tendo-se verificado as inscrições dos Senhores Deputados Municipais Orlando Borges, Bruno Veríssimo e Ivanete Escobar.

----- Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Municipal, **Orlando Borges**. Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que o que o trazia ali vinha no seguimento da intervenção inicial feita pelo Senhor Presidente da Assembleia, na parte relativa à visita às obras da Barragem de Gebelim. Disse que se associava, com todo o gosto, aos elogios feitos a esta visita, pois também a considerou uma visita importante e demonstra o que se faz bem no País e em particular no nosso Concelho. Explicou depois que se tratava da materialização de um sonho com mais de cinquenta anos das gentes de Vilarchão e da Parada. Informou também que este tipo de obra é pioneira no nosso País e que os olhos estão postos na Junta de Agricultura de Vilarchão-Parada em conjunto com o Município. Referiu depois que

S.



R.

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

no País apenas existem dois investimentos privados de Juntas de Agricultura, sendo um feito pela Junta de Agricultura da Camba, num regadio que já foi finalizado e agora a Junta de Agricultores de Vilarchão-Parada fez um projeto de maior envergadura, numa região muito desertificada, mas com gentes que conseguem levar um projeto destes para a frente, só os deixa contentes. Acrescentou com a frase de que "somos poucos, mas somos bons", endereçando depois um abraço e um enaltecimento grande pelo seu trabalho. Continuando, o Senhor Deputado Orlando Borges também enalteceu o trabalho dos funcionários do Município por levarem a cabo o projeto e todas as "démarches" que foram necessárias para que este projeto, antes de se iniciar no terreno, fosse uma realidade. Por fim, enalteceu também o trabalho e a persistência do Senhor Presidente da Câmara por ter levado esta obra sempre "para a frente e nunca ter baixado os braços", e que estas palavras não eram apenas dele, mas também do Presidente da Junta de Agricultores de Vilarchão-Parada, o Professor Arsénio Pereira. Disse que querem fazer mais visitas no decorrer da obra, pois sabe que vai demorar algum tempo até estar concluída e agradeceu ao Município por ter proporcionado esta visita. -----

----- Continuando, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Deputado **Bruno Veríssimo**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que um dos assuntos que o trazia ali era a apresentação de um voto de pesar conjunto das duas bancadas, pelo falecimento do nosso conterrâneo, o Senhor Abílio Francisco Fernandes, que além de ter sido, durante alguns anos presidente da Junta de Freguesia, também se evidenciou no seu percurso profissional durante muitos anos, nos grandes restaurantes em Paris e mesmo depois de ter regressado à sua terra nunca deixou de transmitir os seus conhecimentos, quer através de formação, quer pelo desempenho de funções no Hotel & SPA, sendo também um grande alfandegense. Disse que posteriormente entregará o texto para poderem juntar à ata, que constará em anexo. Posteriormente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de pesar à votação, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**, dos membros presentes. -----

----- Seguidamente, foi concedida a palavra à Senhora Deputada **Ivanete Escobar**, começando por cumprimentar todos os presentes. Disse que apenas pretendia dar conhecimento de que na estrada que vai da rotunda do campo de futebol e desce para a estação de serviço da Tuacar, o alcatrão parece óleo. Isto porque circulam ali muitos camiões e por vezes, quando vêm da Zona Industrial, entram nessa estrada em contramão e que por isso também seria melhor colocar uns mecos. Referiu depois que quando vêm a descer dessa estrada, por mais que se trave e mesmo com os pneus em bom estado, a tendência é escorregar. Pediu para que essa situação fosse vista, uma vez que estamos a caminhar para tempo de chuva e é um perigo, tanto a subir como a descer, pois o piso está muito escorregadio. -----

----- Continuando, voltou a usar da palavra o Senhor Deputado **Bruno Veríssimo** para agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o convite que endereçou a todos para visitarem as obras da Barragem de Gebelim, que apesar de não ter conseguido assistir à totalidade da visita, assistiu à apresentação que foi feita e ficou surpreendido pois não tinha noção de que a Barragem já tinha esta complexidade e que tinham sido adotadas outras medidas. Para além disso considera que é um projeto completamente diferente daquilo que tem sido rotineiro e normal. Agradeceu ainda pelo facto do Município ter ao seu serviço técnicos de excelência e a equipa que está de apoio nessa obra evidenciou bem essa qualidade, pois conseguiram ter uma boa explicação, apesar de toda a complexidade dessa obra. Por isso pediu ao Senhor Presidente da Câmara para, em seu nome, agradecer aos serviços técnicos, nomeadamente ao Engenheiro Nuno Jacinto, uma vez que foi ele que fez a apresentação dos trabalhos. Entretanto, o Senhor Deputado Bruno Verissimo continuou a sua intervenção pedindo um ponto de situação de dois assuntos. Um relacionado com um pedido de ponto de situação que já tinha sido feito na sessão anterior, relativamente aos terrenos da zona envolvente da Barragem da Esteveinha, uma vez que quando fez o primeiro pedido o Senhor Presidente da Câmara disse que o assunto já estava no gabinete Jurídico e que em breve poderiam ter, ou não, uma solução. Também pretendia saber o custo do acordo, imposto pelo Tribunal, que foi feito na Zona Industrial e se essa situação já estava resolvida. De seguida, disse que tinha percebido numa reunião de câmara, que foi feita a entrega de um dos lotes da Zona Industrial, e, por conseguinte, também pretendia saber para quando era feita a entrega dos restantes, isto porque se algum investidor pretende investir em Alfândega da Fé, não sabe o que existe para comprar e poder investir. Por último, também perguntou qual era o ponto de situação da obra do lagar D'El Rei. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder proceder às respostas às questões apresentadas pelos Senhores Deputados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, começou por cumprimentar todos os presentes. Relativamente à questão da visita à Barragem de Gebelim, respondeu aos Senhores Deputados **Orlando Borges** e **Bruno Veríssimo**, que não tinham nada que agradecer, pois não fazem mais do que a sua obrigação, dando a possibilidade aos nossos deputados e presidentes de junta e uniões de freguesia, que são aqueles que acompanham e fiscalizam a atividade do Município, a conhecerem melhor as obras e neste caso concreto, trata-se uma obra muito importante que poderá chegar aos vinte e cinco milhões de euros de investimento no nosso Concelho, nomeadamente a rede de rega de Vilarchão – Parada, sendo um investimento ímpar nas últimas décadas no nosso Concelho. O Senhor Presidente da Câmara informou que de facto a obra de Gebelim é uma obra extraordinária em termos técnicos e daí o seu entusiasmo em ter feito esse convite na última Assembleia Municipal para que a pudessem ver “*in loco*”. Explicou depois que esta obra não nasceu apenas da vontade do Presidente da Câmara ou do Executivo, Vereadores, mas sim de um conjunto de vontades de pessoas, agricultores que também têm ali um papel muito importante, de muitos técnicos, de entidades que tutelam este setor da agricultura, informando que tiveram a ajuda de muita gente, associando-se depois às palavras dadas aos técnicos do Município que, desde a primeira hora se empenharam, passando pela candidatura a todo o processo que teve de ser feito para terem esta candidatura aprovada, ter uma declaração de impacte ambiental aprovada, tudo passou por muitos técnicos excelentes, que deram garantia de poderem executar obras desta dimensão. Agradeceu, depois, na pessoa do Engenheiro Nuno Jacinto, a todos os que estiveram envolvidos, pois é um verdadeiro trabalho de equipa. Informou depois os/as senhores/as deputados/as que não tiveram possibilidade de visitar a obra mas que o queiram fazer, poderão reagendar outra data ou agendar novas visitas a esta obra e a Câmara estará ao seu lado para os ajudar na questão do transporte. -----

----- Continuando, respondendo às questões apresentadas pela Senhora Deputada **Ivanete Escobar**, o Senhor Presidente, **Eduardo Tavares**, disse que de facto esse troço da Avenida Francisco Pereira de Lemos era um troço que tinha alguma goma e que o betuminoso ali colocado tinha uma granulometria bastante fina e com alguma libertação de óleos e que depois das primeiras chuvas se nota ainda mais. Disse que era interessante encontrar ali uma solução e irão trabalhar para encontrar essa solução para esse troço de estrada. Explicou que no próximo ano irão dar início a duas obras onde será aplicado muito betuminoso e poderão encontrar nessa altura uma solução nessas zonas, nomeadamente na zona da rotunda do complexo desportivo, na curva que vai da rotunda do parque verde para cima e também na zona junto às bombas, pois reconhece essa necessidade. -----

----- Seguidamente e respondendo às questões levantadas pelo Senhor Deputado **Bruno Veríssimo**, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, referiu, em primeiro lugar, que o Executivo Municipal também se associa ao voto de pesar pelo falecimento do Senhor Abílio Fernandes. Informou que também já o tinham feito em reunião de câmara. Recordou o Senhor Abílio como tendo sido membro desta Assembleia Municipal, como Presidente de Junta de Freguesia, um excelente homem e profissional que honrou o nosso Concelho e que levou o nome de Alfândega da Fé “além portas”. Relativamente aos terrenos envolventes à Barragem da Esteveinha, o Senhor Presidente da Câmara disse que ainda não tinha esse processo tratado e que de facto ele ainda estava no Gabinete Jurídico. Explicou que tem havido muito trabalho neste Gabinete, mas, comprometeu-se, de até ao final do ano, a terem esse processo revogado e tratado. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara disse que havia condicionantes muito fortes na envolvente àquela Barragem e na verdade não estão a bloquear a possibilidade de outros investidores poderem fazer investimento. Para além disso, disse que foram essas condicionantes que impediram os pareceres favoráveis dos investidores poderem investir naquele local. Por isso é necessário revogar e resolver esse contrato e conseguir que esses terrenos voltem à posse plena do Município de Alfândega da Fé. Relativamente ao acordo da Zona Industrial, o Senhor Presidente da Câmara confirmou que já tinham manifestado o interesse na adjudicação direta de um lote na Zona Industrial a um investidor do nosso Concelho e querem fazer outra situação idêntica para outro lote a outra empresa que é o maior exportador do nosso Concelho. Depois disse

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

que estão a preparar o arranque dos concursos de entrega dos lotes para o mês de outubro para os restantes lotes na Zona Industrial. Quanto ao Lagar D'El Rei, o Senhor Presidente da Câmara informou que deu conhecimento de um ofício, há cerca de um mês, aos senhores vereadores da oposição, que dirigiram à empresa DMCS, que é o empreiteiro responsável pela construção e requalificação do Lagar D'El Rei. Explicou que nesse ofício manifestaram o descontentamento pelo facto da obra ainda não ter sido entregue e nem ter sido feita a receção provisória da mesma. Disse que os prazos foram ultrapassados há muito tempo e nesse ofício, o prazo que deram foi precisamente até ao presente dia, para que a obra fosse terminada. Informou que não faltam muitos trabalhos, ou seja, faltam cerca de cinquenta mil euros de trabalhos por executar e alguns dos que realizaram não estão nas condições corretas que acham que deveriam estar, tendo também feito o pedido ao empreiteiro para sanar esses trabalhos mal executados, sob pena de, caso os trabalhos não fossem executados até ao presente dia, acionarem, por meios legais, aquilo que são os direitos do Município de Alfândega da Fé, que certamente terá de ser acionado um processo de tomada de posse administrativa da obra para a poder terminar. Explicou ainda que o processo não será tão complexo como o que foi da obra da Casa do Arcebispo, pois há garantias prestadas a favor do Município. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara, respondendo à questão do acordo que foi feito com a empresa Higino & Pinheiro, relativamente ao processo de contencioso da obra da Zona Industrial, informou que já tinha dado a resposta em sede de reunião de câmara, mas também explicava na Assembleia Municipal. Disse que tinha havido um acordo judicial com a empresa Higino & Pinheiro e, entretanto recorreram em Tribunal e este, por sua vez, deu razão à empresa Higino & Pinheiro. Esta, entretanto, fez uma proposta ao Município de Alfândega da Fé, tendo em conta o prejuízo que ela achou que teve e pediu 10% (dez por cento) do valor do contrato da obra, ou seja, cerca de 138.000,00€ (cento e trinta e oito mil euros) de indemnização. Depois explicou que analisaram outros acordos que o Município de Alfândega da Fé chegou a fazer, nomeadamente um processo da empresa que tinha construído o Centro de Saúde desta vila, onde o Município também tinha sido condenado a pagar uma indemnização ao empreiteiro e também tinha recorrido em Tribunal e também acordaram em pagar 5% (cinco por cento), em vez dos 10% (dez por cento) que inicialmente tinham sido condenados a pagar. Assim, explicou que tinha sido exatamente isto que tinham feito neste processo da Zona Industrial, ou seja, negociaram com o empreiteiro e chegaram ao acordo em Tribunal de pagar 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros) e que serão pagos até janeiro do próximo ano. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu as explicações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, deu por encerrado o período antes da ordem do dia e passou depois à leitura do ponto três, que é o Período da Ordem do Dia e que a seguir se transcreve: -----

----- 3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento) -----

----- a) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, que, por sua vez, remeteu para a informação, datada de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro, previamente enviada a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. Disse depois que esta informação pretende dar a conhecer um resumo das atividades realizadas nos últimos meses desde a última assembleia municipal. Informou que irá destacar os aspetos que ele considerava mais importantes em cada uma das Divisões. Relativamente à Divisão de Urbanismo e Território, o Senhor Presidente da Câmara, referiu-se a dois quadros que resumem dois aspetos importantes, ou seja, têm 93% (noventa e três por cento) dos pedidos com resposta dentro do prazo, que é bastante positivo e também só se esgotou 44% (quarenta e quatro por cento) do prazo para a decisão dos pedidos que entraram nesta Divisão. Destacou ainda um trabalho muito importante nesta Divisão no que diz respeito à adaptação dos serviços ao novo Simplex, com formação, construção de novos formulários/requerimentos para porem em marcha a aplicação deste novo regime urbanístico e em Alfândega da Fé tem sido feito um trabalho pioneiro relativamente a outras regiões e a outros municípios. De seguida, destacou o grande envolvimento que a Divisão de Urbanismo e Território teve na candidatura do Parque Micológico de Alvazinhos, financiada

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

pelo Programa COMPETE. Explicou que foi feita uma reabilitação da mata de Alvazinhos, com a criação do primeiro Parque Micológico no nosso Concelho, dizendo que era um espaço importante, pedagógico e de apoio a esta importante atividade que é a Micologia, informando depois que a inauguração deste Parque será no próximo dia dezasseis de outubro, que é o Dia Mundial da Alimentação e que será feita em conjunto com a Comunidade Escolar. Continuando, informou que esta Divisão apoiou, nas últimas semanas, na criação de trinta Áreas de Reabilitação Urbanas, que mais adiante explicará melhor. Destacou ainda a Revisão do PDM, dizendo que estão já numa fase final e que estão apenas à espera da última reunião do Conselho Consultivo, que depois fará a aprovação da Revisão, sendo que a sua vontade é que esta proposta de Revisão do PDM possa vir à próxima Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente à Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, o Senhor Presidente da Câmara informou que traziam vários números relativos a vários projetos e a várias áreas de ação, como saúde, cultura, turismo, educação, também do Gabinete de Apoio à Imigração e alguns dados do ATL de Verão. Explicou que não constava nenhum ponto da situação da Ação Social, pois o normal é vir mais ao final do ano e como tal, virá à próxima Assembleia um amplo relatório desse trabalho. -----

----- No que diz respeito à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, o Senhor Presidente da Câmara informou que tinham um balanço importante da atividade do sistema de abastecimento de água e também no sistema de tratamento de águas residuais e afluentes. Disse que também vinha um resumo dos parâmetros da qualidade da água dos últimos nove anos, no sentido de perceberem o trabalho que era feito. Destacou o elevado grau de qualidade que a nossa água continuava a manter, apesar de haver sempre alguns incumprimentos em algumas zonas, uma vez que o inverno tinha vindo com muita chuva. Na área do Ambiente, o Senhor Presidente da Câmara disse que, relativamente à recolha de resíduos volumosos, podiam ver, na informação, uma lista dos trabalhos onde a Câmara Municipal de Alfândega da Fé tem dado apoio. Entretanto, também se referiu ao relatório ambiental que esta área fez que serviu de apoio à Revisão do PDM. Continuando, disse que na Barragem de Gebelim, onde tinham estado, no corrente dia, pela oportunidade que tiveram em ver a complexidade desta obra e a sua grandeza, havia medidas que emanavam da Declaração de Impacte Ambiental que era necessário acompanhar, reportar com números e a nossa equipa de Ambiente estava a fazer esse trabalho precioso, havendo por isso um grande envolvimento desta Divisão, disse. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se às licenças de ruído, dizendo que podiam verificar a listagem do número de licenças emitidas. Abordou ainda a questão dos espaços verdes e dos respetivos dados que constam na informação, bem como de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano. Depois disse que havia também um resumo bastante completo dos dados da Barragem de Gebelim, com números e com imagens fotográficas da evolução desta obra. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, destacou os trabalhos da Divisão de Obras e Planeamento, sobretudo três obras em particular, o Lagar D'El Rei, que vai obrigar a tomar medidas excecionais muito em breve, em parceria com a fiscalização, na medida em que terminava no presente dia o prazo de entrega dessa obra por parte do empreiteiro e não foi cumprido. De seguida, referiu-se a outra empreitada que tinha sido lançada, no âmbito do Programa do PRR Acessibilidades 360° (trezentos e sessenta) para a melhoria de habitações de famílias que tenham problemas de mobilidade, com atestados multiusos e que tenham necessidade de fazer pequenas obras para essa melhoria. Disse que tiveram dez intervenções neste âmbito, sendo um investimento de cerca de sessenta mil euros e que era financiado a 100% (cem por cento), explicando depois que era um processo que beneficiava famílias mas que passava pela Câmara Municipal. Depois referiu-se à obra da Zona de fruição da praia fluvial de Santo Antão da Barca dizendo que tinha havido uma proposta válida e estavam no momento da adjudicação da proposta e da assinatura do contrato para depois ser enviado para o Tribunal de Contas. Disse que espera que esta obra corra bem e que a expectativa é que a obra tenha início durante o mês de novembro do corrente ano. -----

----- De seguida, referiu-se ao Gabinete de Candidaturas dizendo que tem sido feito um grande trabalho de apoio àquilo que são os programas e avisos que estavam a começar a abrir no âmbito do atual Quadro Comunitário, PT2030, e que vai até 2029 (dois mil e vinte e nove). Explicou que não irão candidatar-se a todos os avisos, na primeira fase, pois têm de ser

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

critérios e definir prioridades e por isso irão começar em algumas áreas prioritárias como obras que não tinham sido terminadas, intervenções como é o caso das piscinas municipais, da escola, no ciclo urbano da água, entre outros, destacando o importante trabalho que era feito naquele Gabinete também relativamente aos trabalhos na área do regadio, pois para além do apoio na obra da Barragem de Gebelim, também estavam a apoiar o Bloco Norte da Vilariça, que era outro importante projeto, que estavam já a lançar o procedimento desta obra, cujo projeto de execução estava em fase de revisão, bem como o da rede de rega de Vilarchão-Parada, que querem terminar o mais breve possível para poderem lançar estas duas obras ainda no corrente ano, pois têm que estar terminadas até ao final do próximo ano. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se ao Programa 1º Direito, dizendo que era um programa onde têm dois tipos de ações, sendo uma de habitação social, que é desenvolvida pelo Município e estavam, naquele momento, a desenvolver os projetos de execução, em parceria com a Associação de Municípios da Terra Quente. Disse ainda que este trabalho estava a demorar mais do que o esperado e que por isso, até ao final do ano, irão contratar uma empresa para poderem acelerar esses projetos e poderem avançar com as obras da habitação social do Município, o mais rápido possível. Contudo o Senhor Presidente da Câmara disse que, muito em breve, irão ter onze frações/fogos novos e de edifícios a reabilitar, nomeadamente seis na aldeia de Vilarelhos e cinco em Alfândega da Fé para poderem ainda no corrente ano lançar obra, no âmbito deste programa do 1º Direito. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara manifestou alguma preocupação na outra vertente deste Programa, que é a dos beneficiários diretos, ou seja, dos particulares, porque o IRHU estava muito atrasado na análise, quer das candidaturas, quer dos pedidos de pagamento, lamentando pelo facto de terem pedidos de pagamentos com mais de cinco meses. Esta situação leva a que as obras estejam paradas, levando estes beneficiários ao desespero. Explicou que ele próprio tem feito reuniões com os técnicos do IRHU para poder pedir a aceleração desta análise dos pedidos de pagamento, porque efetivamente têm cerca de quatrocentos mil euros de investimento feitos em habitações e que ainda não foram pagos, lembrando que estes trabalhos são pagos a 100% (cem por cento) e que, obviamente, esta situação causa muitos transtornos às nossas empresas, disse, e consequentemente às nossas famílias. Informou que irá continuar este esforço junto do IRHU, tendo depois explicado que esta Instituição sofreu algumas alterações na administração, na sequência da mudança do Governo, sendo que estas alterações também não ajudam a que os processos sejam acelerados. Informou ainda que, em breve, terá uma reunião com a Senhora Diretora do IRHU do Porto para fazerem um novo ponto de situação e acelerar estes processos. -----

----- Relativamente ao Gabinete de Comunicação, o Senhor Presidente da Câmara informou que podem ver no documento um resumo das atividades que desenvolveram durante os últimos meses. -----

----- Sobre a Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, o Senhor Presidente da Câmara disse que podiam ver a habitual informação sobre os processos judiciais existentes e também um resumo na área dos recursos humanos com uma evolução do pessoal, em números. Também constam dados do Balcão Móvel, de Execuções Fiscais e também do Espaço Cidadão. -----

----- Por fim, referindo-se à Divisão Financeira, o Senhor Presidente da Câmara informou que a execução do nosso orçamento seguia a bom ritmo, esclarecendo depois que em agosto estavam com mais de 70% (setenta por cento) de taxa de execução e que a meta que devem atingir até ao final do ano será de 85% (oitenta e cinco por cento) e que felizmente este ano irão ultrapassar essa meta. Disse ainda que a situação financeira do Município estava a melhorar, apesar de ainda não ser a situação financeira que gostariam de ter, disse. Informou depois que a redução de 10% (dez por cento), prevista na lei, está muito acima, ou seja, já ia em 17% (dezassete por cento) e irão terminar o ano com valores muito acima dos 17% (dezassete por cento). Contudo, disse que o mais importante para ele, neste momento, não era propriamente a redução, mas sim a meta do nosso Programa de Ajustamento Municipal, que este ano é reduzir a dívida em 1,9 (um virgula nove) milhões de euros e acredita que até ao final do ano atinjam este objetivo. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que o Índice da nossa dívida continuava a melhorar e também, no cumprimento geral do Programa de Ajustamento Municipal, tem um relatório com aquilo que são os cumprimentos e o que não está cumprido, mas de uma

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

forma geral, estão a conseguir cumprir, disse. O Senhor Presidente da Câmara concluiu dizendo que está ao dispor dos senhores deputados para responder a eventuais questões ou dúvidas que tenham para colocar. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, interveio dizendo que, não obstante o assunto ser apenas para conhecimento, perguntou se alguém se pretendia inscrever para usar da palavra. Verificou-se a inscrição do Senhor Presidente da União de Freguesias de Vales e Pombal, Diamantino Mário Soeiro Lopes. -----

----- De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Vales e Pombal, **Diamantino Mário Lopes**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que a sua intervenção era dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, para lhe pedir alguns esclarecimentos, relativamente à sua intervenção anterior, nomeadamente quando disse que no próximo ano irá ser aplicado muito betuminoso e, por isso, a sua pergunta foi se de facto isso já era uma certeza e se, nessa certeza, estava incluída a estrada de Pombal para Alfândega da Fé. Continuando, referiu-se ao comentário do Senhor Presidente da Câmara relativamente à obra do Lagar D'El Rei, dizendo que "se o prazo termina hoje, amanhã há que tomar a posse administrativa", porque esta obra nunca mais tem fim e não se sabe como irá ser o seu fim. Disse ainda que se as garantias são superiores à obra que falta executar, então sejam desencadeados os procedimentos necessários e não andar com mais prorrogações, uma vez que quando há prorrogações, só há prejuízos, disse. Seguidamente, teceu um comentário relativamente a este ponto da ordem do dia e ao facto de não constar nenhuma parte alusiva à Proteção Civil. Explicou que o Gabinete de Proteção Civil da Câmara executa uma tarefa meritória e o comportamento cívico e a ação dos bombeiros nesta temática era fundamental. Disse que, felizmente, nos últimos anos, a população de Alfândega da Fé, tem tido um comportamento cívico positivo, pedindo depois ao Senhor Presidente que incluísse neste ponto matéria relativa à Proteção Civil, porque cada vez mais é importante fazer referência a este tema, também pelo crescimento de população envelhecida que têm e pelas características particulares do nosso território vasto e com a possibilidade de ocorrência de incidentes e que por isso a prevenção era fundamental. Continuando, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales fez referência a outro aspeto que alguns deputados também já o fizeram relativamente ao enaltecimento das equipas técnicas da Câmara Municipal, associando-se também a esse enaltecimento, contudo fez referência às deficiências no acompanhamento da obra da Escola. Contou depois um episódio que tinha acontecido na escola, uma vez que era o seu local de trabalho diário. Disse que tinha ficado surpreendido porque tinha chegado o carteiro para entregar seis volumes volumosos na secretaria, tendo a carrinha ficado à porta da escola e o carteiro teve de transportar os volumes das encomendas à mão, seis vezes, simplesmente porque o portão não abria. Disse que esta situação só acontecia por uma questão de "egos". Disse depois que terão de se sentar três equipas, designadamente, a escola, a câmara e a empresa que executou os trabalhos e verificar o que falta de facto limar para que pequenos pormenores, como estes, sejam resolvidos. Disse depois que no edifício principal não havia internet e a informação que tem é que não havia internet porque tinham desaparecido os "AP's, e que nesta altura, não haver internet, era uma situação ridícula. Concluiu dizendo que estes dois exemplos são situações que se podem resolver com pouco dinheiro e não estão resolvidas talvez pela tal questão dos "egos" que tinha referido anteriormente. Por fim, falou também da questão do regadio, sobretudo do de Alfândega da Fé, porque teve conhecimento, através de uma divulgação que tinha sido feita pela Associação de Regantes, que em breve a água ia ser fechada por causa de poderem instalar os sistemas de telegestão. Disse que nesta fase ainda era cedo para estar a fechar a água porque se o tempo continuar como se apresentava neste momento, podia haver situações de hortícolas não completarem o seu ciclo de desenvolvimento e também, em alguns casos, existem animais domésticos que precisam de água. -----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, para responder às questões colocadas. Relativamente à primeira questão que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes colocou, referiu que já tinha informado que neste procedimento que estão a preparar, financiado pelo Fundo Ambiental, no âmbito do Roteiro dos Investimentos feitos da Venda das Barragens da EDP à Engi, estão inscritos alguns projetos, sendo a estrada de Alfândega da Fé ao Pombal um desses projetos, para além de outras. Explicou que são trabalhos muito caros e que cada vez estão mais caros. Relativamente ao Lagar D'El Rei, o Senhor Presidente da Câmara

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

esclareceu que de facto não há mais prazos e será acionado aquilo que tiver que ser acionado em articulação com a fiscalização e com o Gabinete Jurídico. Quanto à Proteção Civil, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que todos sabem que este Executivo tem o trabalho e o socorro às populações como algo muito caro e apesar das dificuldades, sempre definiram a proteção civil como uma área prioritária, sendo exemplo disso a última aquisição que foi feita, do camião cisterna e algum equipamento aos nossos bombeiros. Para além disso, informou que também estavam a dar algum apoio para a aquisição de uma ambulância de emergência para a nossa população. No entanto, concordou que nesta informação devem vir alguns dados e informações alusivos à proteção civil e desta vez não vinham porque estavam numa fase de transição, porque em breve irão ter um novo coordenador municipal nomeado, por seu despacho e irão em breve entrar numa nova fase e nas próximas Assembleias Municipais terão dados sobre o trabalho desenvolvido nesta área, que obviamente é uma área muito importante, disse. Quanto às deficiências na obra da escola, o Senhor Presidente da Câmara explicou que não se trata de uma questão de "egos" e que ele tem sido sempre um intermediário entre o Diretor e o empreiteiro e a fiscalização para que os trabalhos fossem concluídos, o mais depressa e melhor possível, apesar de haver sempre alguns pormenores por resolver, como foi o caso do desfibrilhador, mas que já se encontra no local. Entretanto, também se referiu à questão dos AP's que foram retirados e que de facto desapareceram e há dois meses que estavam à espera de uma resposta da DGEST, relativamente a esta questão e que até ao momento não obtiveram qualquer resposta, mas informou depois que esse assunto estava a ser tratado e que em breve irão ter essa situação resolvida. Quanto ao portão da escola, o Senhor Presidente da Câmara explicou que no corrente dia tinha falado com o Senhor Diretor e com o Chefe de Divisão e a informação que tinha era que a empresa que fez a obra se tinha responsabilizado a instalar um novo motor no portão principal da escola e espera que de facto isso aconteça. No que diz respeito ao regadio de Alfândega da Fé, o Senhor Presidente da Câmara lamentou dizendo que "*todos gostavam de ter sol na eira e chuva no nabal*" mas isso não era possível e uma vez que as obras são necessárias e há prazos a cumprir, na sequência de contratos assinados e a previsão é que esta obra esteja pronta no início da próxima campanha de rega. Por isso, na sua opinião, é mais importante que a obra esteja pronta nessa altura do que agora. Para além disso, explicou que a Associação de Regantes tinha sido muito correta aquando do aviso à população no sentido de, atempadamente, guardarem água para poderem fazer face às necessidades que iria haver com o corte de água. Explicou que para a Associação fazer obras, obviamente que tem de haver alguns aspetos menos positivos, como é o caso de terem de fechar a rega mais cedo, mas certamente que é por uma boa causa e a expectativa é que no início da próxima campanha a rede de rega esteja novamente operacional para poder servir os alfandeguenses.

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor desta informação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- **b) DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO - PARA APROVAÇÃO** -----

----- Neste ponto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, para explicar que tinham recebido um ofício do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Engenheiro Francisco Lopes, e, sendo ele o único representante autarca eleito em 2005 (dois mil e cinco) para os órgãos sociais desta Associação de Municípios, viu-se forçado a fazer ele próprio este ofício. Explicou ainda que esta Associação tinha sido constituída em 1993 (mil novecentos e noventa e três) por 36 (trinta e seis) municípios nessa altura. Informou que na década de noventa estava em curso um processo de regionalização que entretanto não tinha avançado, e posteriormente foram constituídas outras regiões e outras áreas administrativas e neste sentido, esta Associação deixou de ter atividade a partir do ano de 2005 (dois mil e cinco), aquando da criação das Comunidades Intermunicipais. Assim sendo, informou que esta Associação já não tinha utilidade, até porque, atualmente, tinham associações de municípios regionais e também as comunidades intermunicipais, sendo estas as entidades que funcionam no nosso País. E neste sentido, o Presidente da Câmara

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Municipal de Lamego vem solicitar a dissolução desta Associação e que ele propõe se vote favoravelmente, à semelhança do que está a acontecer noutros municípios, disse. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir neste ponto. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea c) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 39º dos Estatutos e da alínea n) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTAD), da qual o Município de Alfândega da Fé, é sócio desde 1993 (mil novecentos e noventa e três), de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4324 (quatro mil trezentos e vinte e quatro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura dos pontos seguintes tendo proposto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma abordagem conjunta das alíneas c), d) e e), considerando a conexão dos temas. -----

----- **c) RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM E ADENDA AO CONTRATO) - 2º TRIMESTRE DE 2024 – PARA CONHECIMENTO** -----

----- **d) PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS, RELATIVO AO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL, MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO A 30/6/2024- PARA CONHECIMENTO** -----

----- **e) RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2024 – PARA CONHECIMENTO** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, e após desafio solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de falar, em conjunto, sobre as alíneas c) d) e e), uma vez que as duas primeiras dizem respeito ao Programa de Ajustamento Municipal e a alínea e) diz respeito às atividades desenvolvidas, sob a forma de relatório de acompanhamento semestral, passou a esclarecer as três alíneas ao mesmo tempo. Assim disse que no relatório de acompanhamento semestral feito pelo Revisor Oficial de Contas, verifica-se uma evolução positiva nas contas, atestado pelo Parecer do mesmo Revisor, acentuando algumas notas, mas destacando aspetos positivos que existem nas contas do Município, comparativamente com as do ano anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir neste ponto. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, a Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** dos documentos, registados, respetivamente, na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob os nº 4847 (quatro mil oitocentos e quarenta e sete), nº 5415 (cinco mil quatrocentos e cinco) e nº 5413 (cinco mil quatrocentos e treze), do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), relativamente às alíneas c), d) e e) da ordem de trabalhos. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para os pontos seguintes da ordem de trabalhos, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara que apresentasse os pontos das alíneas f), g), h) e i) em conjunto, uma vez que se tratava de assuntos relacionados com impostos e taxas. -----

----- **f) PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2025 E A COBRAR EM 2026 – PARA APROVAÇÃO** -----

----- **g) PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (IMI) - ANO 2025 - PARA APROVAÇÃO** -----

----- **h) PROPOSTA PARA FIXAR TAXA DE DERRAMA A APLICAR EM 2025 - PARA APROVAÇÃO** -----

----- **i) TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) — PROPOSTA DE PERCENTUAL A APLICAR EM 2025, APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO, E ENVIO AO ÓRGÃO DELIBERATIVO PARA SE PRONUNCIAR NOS TERMOS DA ALÍNEA CCC) DO Nº 1, DO ARTIGO 330, CONJUGADO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - PARA APROVAÇÃO** -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, que, depois de aceitar o desafio, passou a prestar alguns esclarecimentos relativamente a estas alíneas, sem prejuízo de posteriormente serem votados individualmente. Disse que estes pontos se referem à fixação das habituais taxas e impostos municipais que fazem e que têm que vigorar no ano seguinte. Informou depois que são taxas que já estão definidas no Programa de Ajustamento Municipal e por isso não as podem alterar. Relativamente ao IRS, disse que a pretensão é manter a taxa máxima, pois não podem aplicar outra taxa. No que diz respeito ao IMI, explicou que será fixada a taxa reduzida de 0.38 (zero ponto trinta e oito), a mesma do ano anterior, frisando que já a tinham reduzido nos últimos anos cerca de 45% (quarenta e cinco por cento), uma vez que a taxa máxima era 0.45 (zero ponto quarenta e cinco) e a mínima 0.3 (zero ponto três) e que, para além disso, é a taxa que está prevista no Programa de Ajustamento Municipal. Quanto à Derrama, esta taxa também é fixada à taxa máxima, de 1,5% (um e meio por cento), pois é uma imposição da lei, também devido ao Programa de Ajustamento Municipal. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara disse que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem tinha sido aplicada pela primeira vez, no nosso Concelho, o ano passado e era uma taxa relacionada com as linhas aéreas de telecomunicações. Trata-se de uma taxa com o valor de 0.25 (zero ponto vinte e cinco), sendo este o valor máximo. Explicou que esta taxa não trazia nenhum retorno para o Município e que só no início do próximo ano vão conseguir saber exatamente o valor que vai ser entregue ao Município, uma vez que o ano ainda está a decorrer. Entretanto, informou ainda que esta taxa não podia ser vertida na fatura do cliente, uma vez que o artigo 85º (oitenta e cinco), nº 3 (número três), da Lei nº 42/2016 (número quarenta e dois de dois mil e dezasseis), que aprovou o Orçamento de Estado de 2017 (dois mil e dezassete) ainda vigora e diz que as concessionárias não podem aplicar a taxa ao consumidor final. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara às alíneas f), g), h) e i) e perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir relativamente a alguma destas alíneas. -----

----- Inscreveu-se o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, **Diamantino Mário Lopes**, que usou da palavra para dizer que não percebe porque é que estas taxas têm que ser votadas uma vez que são uma imposição do Programa de Ajustamento Municipal e por isso entende que não deveriam vir para serem votadas. Entretanto também referiu que o que lhe importa ainda mais é a questão da imagem e contou que no ano anterior tinha visto uma notícia, que dizia que Alfândega da Fé e outros concelhos tinham aplicado as taxas máximas. Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, disse que aqui é que se deveria aplicar a taxa máxima como é o caso. -----

----- De seguida, usou da palavra para intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, dizendo que relativamente a esta matéria da obrigatoriedade de aplicar as taxas máximas e de se votarem, daria uma boa questão para os tribunais dirimirem, para perceber se o que prevalece é um plano assinado pelo Município ou se é uma votação da Assembleia Municipal. -----

----- Continuando, usou da palavra o Senhor Deputado **Daniel Martins**, que perguntou, relativamente ao IRS, uma vez que entende deverá ser também uma dúvida da plateia e de quem está a assistir em casa, através das redes sociais, quando uma Câmara cobra a taxa máxima de IRS, são os contribuintes que vão pagar essa taxa ou a Câmara é que vai buscar o valor da taxa máxima àquilo que os contribuintes já estão a pagar de IRS, ou seja, são os contribuintes que são lesados ou é a Câmara que vai buscar ao Estado essa taxa máxima? Relativamente ao IMI, o Senhor Deputado Daniel Martins quis saber porque é que optaram, no caso dos prédios urbanos, por uma taxa intermédia, que tem vindo a descer e, no caso dos prédios rústicos, a taxa é a máxima. -----

----- Seguidamente, usou da palavra a Senhora Deputada **Ivanete Escobar** para dizer que no nosso Concelho há muitas casas devolutas e o Município comprou algumas dessas casas, mas continuava a haver muitas. Informo depois que tinha feito uma pesquisa sobre o assunto e verificou que existia uma lei, do tempo do Engenheiro José Sócrates, que dizia que relativamente aos imóveis devolutos, que não tenham contador de água nem contador de eletricidade, o Município pode falar com o proprietário desse imóvel e dar-lhe um prazo de noventa dias para poder criar condições de habitabilidade

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

a esse imóvel, seja para arrendamento seja para outro fim, sob pena do Município poder vir a usufruir dessa casa. Entretanto, também disse que esta lei refere que o IMI destas casas tem de ser muito mais caro, triplicando o valor e no caso de Alfândega da Fé, isso também poderia acontecer, pois a lei existe. A Senhora Deputada aconselhou, depois, o Município a fazer um levantamento de todas as casas que neste momento não têm interessados e averiguar se poderão, eventualmente, vir a ser arranjadas para habitação social do Município. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para proceder aos devidos esclarecimentos. -----

----- Interveio então o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que de facto tinham sido questões importantes e, por isso, agradeceu aos senhores deputados pelo facto de as terem exposto, pois permitem sempre dar mais informação. Relativamente às questões colocadas pelo professor Diamantino Mário Lopes, o Senhor Presidente da Câmara disse que de facto existe ali uma redundância pois já tinha sido aprovada uma revisão ao Programa de Ajustamento Municipal e estamos "amarrados" a ela, mas, mesmo assim, temos de ter esta aprovação anual das taxas e impostos. Depois, disse, respondendo também ao Senhor Deputado Daniel Martins, que a vontade deste Executivo era reduzir gradualmente todos os impostos municipais e na Revisão que foi aprovada em 2019 (dois mil e dezanove) fizeram também a aprovação da redução da percentagem do IRS e também da Derrama, mas mais tarde souberam que não era possível e tiveram de voltar atrás com essas duas decisões. Explicou ainda que efetivamente, a taxa de IRS aprovada equivale ao valor que normalmente a pessoa/família que recebe, deixa de receber essa percentagem e, como tal, apenas afeta as famílias que recebem IRS, quando fazem a declaração anual de rendimentos. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, referindo-se à questão das notícias da imprensa que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales alertou, disse que por vezes as notícias não são sempre verdade, pois Alfândega da Fé não é o único concelho com as taxas municipais máximas em vigor, pois a taxa de IMI é reduzida de 0,38 (zero vírgula trinta e oito) e por isso, a notícia que poderia ter saído era de que "Alfândega da Fé tem a taxa de IMI mais alta do distrito de Bragança, no entanto, essa taxa já reduziu de 0,45 (zero vírgula quarenta e cinco) para 0,38 (zero vírgula trinta e oito)", dizendo que esta é que era uma notícia verdadeira. Relativamente à questão levantada pela Senhora Deputada Ivanete Escobar, o Senhor Presidente da Câmara disse que era uma questão muito importante, agradecendo depois o facto de a ter colocado. Disse que há muito tempo que as casas devolutas eram uma preocupação, não só na vila mas também nas aldeias e irão tratar, na ordem de trabalhos do corrente dia, outro ponto que vai permitir que as pessoas, nas aldeias possam vir a ter benefícios fiscais ao reabilitar as suas habitações. Contudo, explicou que assumiram compromissos no Programa de Ajustamento Municipal para poderem fazer uma proposta de agravamento do IMI para casas devolutas, que as famílias não conservam, não habitam, não arrendam, pondo em causa a saúde pública. Informou que ainda não o fizeram, porque tem sido um ano difícil e para isso tem de ser feito um trabalho intensivo, mas poderá vir a ser discutido no próximo ano numa Assembleia Municipal, uma vez que é compromisso deste Executivo poderem apresentar uma proposta ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) no sentido de trabalharem uma medida de agravamento do IMI nas casas devolutas do nosso Concelho. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, respondendo à questão apresentada pelo Senhor Deputado Daniel Martins, ao querer saber porque é que não é reduzido o IMI dos prédios rústicos à imagem do que tinha sido feito com o IMI dos prédios urbanos. Disse que a razão era muito simples, pois o IMI dos prédios urbanos tem um peso muito maior para as famílias e o IMI dos prédios rústicos têm valores tributários muito baixos e por esse motivo é que não é reduzido, pois trata-se de uma receita pequena. -----

----- Entretanto, a Senhora Deputada **Ivanete Escobar** reiterou o facto de os proprietários terem um prazo de 90 (noventa) dias para reabilitar as casas devolutas, sob pena do Município ficar dono dessa habitação. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, quis intervir para dar o exemplo de um Município onde ele esteve e onde implementaram essa medida, ou seja, a penalização de IMI para os imóveis degradados, devolutos e que constituíssem perigo para a segurança e/ou saúde pública. Explicou que a medida funciona muito bem, porque a partir do momento em que o proprietário daquela habitação é notificado da intenção de agravar o IMI, as pessoas rapidamente tomam decisões

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

importantes, no sentido de fazerem reparações, limpezas, obras, vender e decisões importantes que são necessárias tomar. Contudo a posse administrativa que a Senhora Deputada Ivanete referiu tem a ver com o valor das obras efetuadas pelo Município quando há perigo de derrocada. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou as alíneas f), g), h) i) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, individualmente, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, o seguinte: -----

----- conforme proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5289 (cinco mil duzentos e oitenta e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), **aprovar**, a fixação da participação na percentagem de 5% (cinco por cento) no IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal no concelho de Alfândega da Fé relativamente aos rendimentos do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), a cobrar em 2026 (dois mil e vinte e seis) -----

----- conforme proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5301 (cinco mil trezentos e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), **aprovar** o seguinte: -----

----- 1. A fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,38%, (zero vírgula trinta e oito por cento), como medida de desagravamento deste imposto, para os prédios urbanos, conforme alínea c), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas; -----

----- 2. A fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,8% (zero vírgula oito por cento) para os prédios rústicos, conforme alínea a), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas. -----

----- nos termos da proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5287 (cinco mil duzentos e oitenta e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), o lançamento em 2025 (dois mil e vinte e cinco) de uma Derrama de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). -----

----- conforme proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5299 (cinco mil duzentos e noventa e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), **aprovar** a proposta de percentual a aplicar em 2025 (dois mil e vinte e cinco), em 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara que apresentasse os pontos das alíneas j), k), l), m) e n) em conjunto, uma vez que se tratava de assuntos relacionados com Recursos Humanos, frisando que posteriormente, serão votados individualmente. -----

----- **j) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 ASSISTENTE OPERACIONAL / ASSISTENTE OPERACIONAL, NA ÁREA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – PARA APROVAÇÃO** -----

----- **k) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 ASSISTENTE OPERACIONAL / ASSISTENTE OPERACIONAL, NA ÁREA DE PEDREIRO – PARA APROVAÇÃO** -----

----- **l) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS / ASSISTENTES OPERACIONAIS, NA ÁREA DE AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA – PARA APROVAÇÃO** -----

----- **m) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS / ASSISTENTES OPERACIONAIS, NA ÁREA DE JARDINEIROS / CANTONEIROS DE LIMPEZA – PARA APROVAÇÃO** -----

----- **n) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS / ASSISTENTES OPERACIONAIS, NA ÁREA DE CONDUTORES DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS – PARA APROVAÇÃO** -----

S.



R.

Blanca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, para prestar os devidos esclarecimentos relativamente às alíneas j), k), l), m) e n), conforme solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse que são todos assuntos relacionados com uma proposta que trazem para abertura de procedimento para recrutamento de pessoal no Município para nove postos de trabalho. Explicou que têm vindo a ser comunicados números dos trabalhadores do Município e verifica-se uma forte redução do número desses trabalhadores, isto é, em 2021 (dois mil e vinte e um) tinham cerca de 220 (duzentos e vinte) funcionários ao serviço do Município e agora têm cerca de 190 (cento e noventa) e por isso têm vindo a sentir algumas dificuldades em algumas áreas. Por isso, disse, decidiram, no passado mês de junho, levar uma proposta à reunião de câmara para abrir um procedimento para a ocupação de catorze postos de trabalho, em várias áreas, definidas pelos vários serviços, entre eles, a educação, os espaços verdes, administração direta, apoio técnico na Divisão Financeira e de Urbanismo. Explicou ainda que este processo teve que passar primeiro por um aviso na Bolsa de Emprego Público e, nesta fase, houve cinco concorrentes com vínculo à Função Pública, passando agora para a fase de exames/ provas. Relativamente aos restantes nove postos de trabalho, ou seja, um Assistente Operacional, Auxiliar de Serviços Gerais; um Assistente Operacional, Pedreiro; três Assistentes Operacionais, Auxiliares da Ação Educativa; dois Assistentes Operacionais, Jardineiros/Cantoneiros de Limpeza e dois Assistentes Operacionais, Condutores de Máquinas e Veículos Especiais, uma vez que não houve concorrentes, querem agora propor à Assembleia Municipal a abertura de um procedimento de concurso externo para a ocupação destes lugares, esclarecendo depois que todos eles estão já previstos no nosso Programa de Ajustamento Municipal. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir, tendo-se verificado a inscrição da Senhora Deputada **Ivanete Escobar**. Disse que apenas pretendia colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao recrutamento de Auxiliares de Ação Educativa. Disse que não sabia se estas pessoas vão ter exames psicotécnicos para fazer, pois cada vez mais, no Distrito de Bragança, estão a aparecer, nas escolas, crianças com Síndrome de Asperger, com hiperatividade. Disse que na nossa escola, a maior parte das Auxiliares não têm formação para lidar com este tipo de crianças e não compreendem o que é lidar com uma criança destas e que por isso, vêm para a rua a culpar a família porque não lhe dá educação, pois estas crianças não têm um comportamento regular. Disse que este tipo de criança não consegue estar muito tempo sentada na cadeira, fala mais alto que os outros e tem um comportamento mais agressivo. Pediu, por isso, que o Município desse formação a todas as auxiliares e inclusivamente a alguns professores. Disse ainda que sabe que há técnicas do Município que trabalham com estas crianças mas também deveriam trabalhar com os respetivos pais, pois também não é fácil para eles. -----

----- Interveio depois o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que concorda que têm sentido algumas dificuldades nos funcionários, no apoio dos Assistentes Operacionais na nossa Escola e por isso é que priorizaram neste procedimento, o maior número de assistentes operacionais na área da educação, precisamente para poderem, mais rapidamente, recrutar mais pessoas para dar mais estabilidade às pessoas que estão a dar esse tipo de apoio. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara disse que, apesar dessas dificuldades, têm contado com um número de pessoas bastante constante nos últimos anos e que já tiveram alguma formação, mas ainda é precisa mais formação. Contudo disse que têm tido exemplos extraordinários de funcionários com pouca formação, mas que com muito amor e carinho, têm dado muito apoio às nossas crianças e às nossas famílias. Para além disso, disse que no que diz respeito ao acompanhamento psicológico, a Câmara de Alfândega da Fé é um exemplo também nesse apoio na escola e na comunidade, mas por vezes algumas pessoas não procuram este apoio. Passou depois a palavra à Senhora Vice-Presidente que explicou este assunto.

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, **Maria Manuel Silva**, interveio ressaltando que de facto tem sido uma preocupação constante do Executivo o tema da educação, no sentido de dar mais formação e mais resposta a toda a comunidade educativa, desde professores, alunos, pais e a toda a gente que cuida, desde ações de formação sobre parentalidade positiva a formações para cuidar de crianças neurodivergentes e com necessidades educativas especiais. Informou que essa formação tinha sido feita nos últimos três meses por vinte técnicas, cinco das quais são técnicas superiores e as restantes são assistentes operacionais e por isso há esta sensibilidade por parte do Município e estão

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

atentos a estas realidades. Disse ainda que sabem que no corrente ano letivo há um número maior de alunos neurodivergentes e por isso têm que estar mais atentos, sensíveis e atuantes. Entretanto disse que a educação de hoje não é igual àquela de há vinte ou trinta anos atrás e por isso têm de estar atentos, pois a sociedade mudou e a formação está a ser dada, dando depois a garantia de que estão atentos e vão continuar a estar para que cada vez mais consigam dar as respostas necessárias. -----

----- Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, **Diamantino Mário Lopes**, dizendo que não podia deixar passar este tema sem intervir, pois "feria" a unidade organizacional onde trabalha. Disse saber que o que estava em causa era o recrutamento de pessoal e não ver planos de formação. Referiu que como professor do Agrupamento de Escolas onde trabalha, sabe perfeitamente que todos os profissionais de educação que ali trabalham são tolerantes, compreensíveis e atuam da melhor forma perante situações com anomalias genéticas ou com desvios comportamentais. Disse ainda que para não pôr em causa nomes, poderia dar exemplos de sucessos e de relacionamentos entre pessoas que desempenham funções no Agrupamento e os alunos que a frequentaram. Reiterou depois que o que estava ali em causa não eram planos de formação, mas sim saber se vão ou não recrutar pessoas para trabalharem. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou as alíneas j), k), l) m) e n) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, individualmente, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, **AUTORIZAR**, nos termos previstos no art. 33º, n.º 1, al. ccc), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no art. 30.º, n.º 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE 2024), aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro o seguinte: -----

----- de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5501 (cinco mil quinhentos e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), a abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Operacional, na área de Auxiliar de Serviços Gerais, na sequência do lugar não ter sido ocupado por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento deste lugar; -----

----- de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5457 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), a abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Operacional, na área de Pedreiro, na sequência do lugar não ter sido ocupado por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento deste lugar; -----

----- de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5506 (cinco mil quinhentos e seis) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), a abertura de Procedimento de Recrutamento para três Assistentes Operacionais, na área de Auxiliar de Ação Educativa, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares; -----

----- de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5483 (cinco mil quatrocentos e oitenta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), a abertura de Procedimento de Recrutamento para dois Assistentes Operacionais, na área de Jardineiro/Cantoneiro de Limpeza, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares. -----

S.



R.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Eduardo Tavares'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5488 (cinco mil quatrocentos e oitenta e oito) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), a abertura de Procedimento de Recrutamento para dois Assistentes Operacionais, na área de Condutor de Máquinas e Veículos Especiais, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, **Carlos Brás**, passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar. -----

----- o) 15.ª ALTERAÇÃO – 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2024 -2029 – PARA APROVAÇÃO -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, explicando que tinha sido necessário alterar os cabimentos das despesas com a educação, nomeadamente com os transportes, porque vão abrir um novo concurso, no âmbito da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, ao nível da região, dos transportes regulares, que inclui também os transportes da educação. Explicou ainda que se tratam de valores acima daquilo que estão inscritos, uma vez que o que estão a pedir são valores brutos, sem a redução das receitas da bilhética e também de um Programa financiado pelo Fundo Ambiental que os nove municípios da Comunidade Intermunicipal têm aplicado na respetiva redução tarifária. Por isso estes valores não estavam previstos na contabilidade do nosso Município, disse, nem dos restantes e por isso houve a necessidade de fazer esta alteração. Esclareceu que durante o corrente ano estes valores não terão qualquer impacto financeiro, pois a expectativa é que o procedimento inicie antes do final do ano e só em maio de dois mil e vinte e cinco é que este processo estará terminado. Assim sendo, será uma prestação de serviço que irá ser colocada a concurso pelo prazo de cinco anos e que só terá despesa efetiva no próximo ano, disse, e será aplicada até dois mil e vinte e nove e fará face à previsão dos encargos brutos com os transportes públicos no nosso Concelho. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea o) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar a Proposta de 15.ª Alteração - 2ª Alteração orçamental modificativa ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2024-2029, conforme consta na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5590 (cinco mil quinhentos e noventa) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia, **Carlos Brás**, passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar. -----

----- p) PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO PARA APROVAÇÃO E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE APROVAÇÃO DE MINUTA DE ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES E OS MUNICÍPIOS DE ALFÂNDEGA DA FÉ, MACEDO DE CAVALEIROS, MIRANDA DO DOURO, MIRANDELA, MOGADOURO, VILA FLOR, VIMIOSO E VINHAIS RELATIVO AO FINANCIAMENTO DO EXERCÍCIO PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES DAS COMPETÊNCIAS NELA DELEGADAS PELO MUNICÍPIO, ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES - PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, explicou que para poderem aprovar este ponto houve a necessidade de fazer a alteração orçamental da alínea anterior e o que se pretende agora é aprovar a minuta do contrato que tem toda a informação, ou seja, os quadros de financiamento deste procedimento que pretendem abrir ainda no corrente ano e que terá a duração de cinco anos. Explicou que será um procedimento que inclui todo o transporte regular, flexível e a pedido também. Para além disso, terá ainda um circuito urbano na Vila de Alfândega da Fé. Explicou que nestes custos não estavam incluídos as receitas da bilhética a que temos direito e também a receita do programa financiado pelo

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Fundo Ambiental. No entanto, disse que a expectativa é que irão ter um custo a rondar os 50% (cinquenta por cento) do custo que consta no documento enviado e que todos os senhores deputados puderam ver. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea p) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar e autorizar, o seguinte: -----

----- 1. Nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Acordo de Financiamento, entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios, nos termos da minuta constante do Anexo II à proposta apresentada, como é o caso deste município, de acordo com o modelo e critérios de repartição descritos no Estudo constante do Anexo III à referida proposta; -----

----- 2. Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e o compromisso plurianual no montante de 1.652.906,76 € (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil, novecentos e seis euros e setenta e seis cêntimos), com IVA incluído, para o período de 2025 a 2029 (dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove), com a repartição dos encargos financeiros; -----

----- 3. Para a despesa plurianual, conforme a Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia, **Carlos Brás**, passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar. -----

----- q) **SETOR DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO - DELIMITAÇÃO DE 30 ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA, ABRANGENDO CADA UMA DAS 30 LOCALIDADES DO CONCELHO: "ZONA HISTÓRICA DE ALFÂNDEGA DA FÉ", "AGROBOM", "CABREIRA", "CASTELO", "CEREJAIS", "COLMEAIS", "COVELAS", "EUCÍSIA", "FELGUEIRAS", "FERRADOSA", "GEBELIM", "GOUVEIA", "LEGOINHA", "PARADA", "PICÕES", "POMBAL", "SALDONHA", "SAMBADE", "SANTA JUSTA", "SARDÃO", "SENDIM DA RIBEIRA", "SENDIM DA SERRA", "SOEIMA", "VALPEREIRO", "VALES", "VALVERDE", "VILA NOVA", "VILARCHÃO", "VILARES DA VILARIÇA" E "VILARELHOS" - PARA DELIBERAÇÃO (COMPETÊNCIA PRÓPRIA DA AM, PREVISTA NO N.º 1 DO ARTIGO 13.º DO DL 307/2009)** -----

----- Interveio para explicar esta alínea, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que se trata da delimitação e aprovação de 30 (trinta) áreas de reabilitação urbanas (ARU) no Concelho de Alfândega da Fé, que inclui também o centro histórico de Alfândega da Fé, que já tinha uma ARU, mas entretanto tinha caducado em março de 2023 (dois mil e vinte e três), sendo por isso necessário fazer uma nova aprovação para poder voltar a vigorar na sede do Concelho e que, por isso, aproveitaram para criar mais 29 (vinte e nove) Áreas de Reabilitação Urbanas em todas as aldeias do nosso Concelho. Informou que esta criação se deveu a dois motivos: um, por uma questão de justiça e equidade, ou seja, dar os mesmos benefícios a todos os alfandeguenses e não só àqueles que têm casa e moram no centro histórico da vila, mas também a quem reabilitar uma casa degradada ou quer construir numa das nossas aldeias. Outro dos motivos é porque um dos critérios de elegibilidade no próximo Quadro Comunitário, uma vez que já têm inscritas algumas ações para intervirem no espaço público das nossas aldeias, é que elas têm que ter obrigatoriamente uma Área de Reabilitação Urbana aprovada, para que a respetiva candidatura possa ser aprovada. Sendo assim, por estas duas razões, fizeram este trabalho e vinha para aprovação. Desta forma as pessoas que queiram reabilitar as habitações terão uma

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

redução da taxa de IVA de 23% (vinte e três por cento) para 6% (seis por cento) relativamente às obras e, no caso de haver transações, poderão beneficiar de uma redução de 50% (cinquenta por cento) no IMT, sendo por isso estes os dois benefícios que os municípios poderão passar a usufruir. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a explicação do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea q) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão de Urbanismo e Território, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5482 (cinco mil quatrocentos e oitenta e dois) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), **aprovar** a delimitação das 30 (trinta) Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) do Município de Alfândega da Fé, devidamente identificadas na referida informação e documento anexo à mesma. -----

Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se pretendia inscrever neste ponto para intervir. Verificou-se a inscrição do Senhor Carlos Simões. -----

----- Usou da palavra o Senhor **Carlos Simões**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que têm duas grandes obras em Alfândega da Fé, uma no adro da Igreja e outra no Lagar do Capitão Mendonça, mais conhecido por Lagar D'El Rei e que foram duas obras magníficas e toda a "malta" ficou contente, aquando do seu início. Contudo exclamou que se perguntarem aos alfandeguenses o porquê destas obras estarem paradas a maioria não sabe responder e que o dono da obra, neste caso, a Câmara Municipal, tem de passar a mensagem para que as pessoas saibam o porquê desta paragem. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu a intervenção do Senhor Carlos Simões, alertando para o facto de que certamente se os alfandeguenses tivessem o hábito de assistir às assembleias municipais, como faz o Senhor Carlos, estariam mais bem informados. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, deu por concluída a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal. Depois passou a palavra à senhora primeira secretária, **Carla Franco**, que procedeu, de imediato, à leitura da minuta da ata. -----

----- Colocada a votação a minuta da ata, foi a mesma aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro deputados presentes, passando todos os pontos da ordem de trabalhos, a produzir efeitos de imediato. -----

----- Para finalizar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao público que acompanhou esta sessão de forma presencial e através das redes sociais. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezanove horas e cinquenta e oito minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária

(Carla Maria Bravo Franco)

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Segunda Secretária

Domitila Branco

(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 21 / 12 / 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Carlos Brás
(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária

Carla Maria Bravo Franco
(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária

Domitila Branco
(Domitila de Fátima Morais Branco)